

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Anne Heracléia de Brito e Silva ¹
Jacqueline Silva da Silva ²

RESUMO

Esse artigo tem como proposta conhecer a percepção dos professores sobre a participação das crianças no cotidiano da Educação Infantil. Tal estudo surgiu da pesquisa intitulada “*A representação do olhar da criança sobre a escola de Educação Infantil*”, desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul-FAPERGS. Tratou-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa e que utilizou da técnica Grupo Focal. A pesquisa aconteceu com seis professores que atuam com crianças da faixa etária de 3 a 5 anos de idade, em duas escolas de Educação Infantil da rede municipal de ensino de uma cidade do Vale do Taquari/RS. Após análise dos dados, foi possível perceber que os professores se sentem pressionados pela burocracia na prática docente impedindo, em alguns momentos, de realizarem a escuta sensível das crianças. Embora os professores participantes reconheçam a importância de dar voz às crianças, conclui-se que há uma lacuna que precisa ser preenchida para que efetivamente a participação das crianças aconteça nos processos de ensino e de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Infantil, Escuta Sensível, Participação, Direitos.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é considerado o segundo espaço de socialização das crianças. Esse espaço coletivo, chamado de Educação Infantil, atende crianças de 0 a 5 anos de idade e tem como finalidade promover o desenvolvimento holístico desse público. Nesse aspecto, as vivências de Educação Infantil precisam levar em consideração alguns aspectos como: o cuidar, as interações, as brincadeiras enfim as atividades lúdicas como eixos centrais das ações pedagógicas.

¹ Psicóloga e Docente; Mestre em Gestão Pública pela FEAD/ MG; Doutoranda em Ensino pela UNIVATES- RS, bolsista da PROSUC/CAPES; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3414-8308> ; E-mail: anne.silva2@universo.univates.br;

²Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do curso de Pedagogia e dos Programas de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Ensino e Ensino de Ciências Exatas da Universidade do Vale do Taquari - Univates/Lajeado/RS/BRA. Orcid. <https://orcid.org/0000-0002-6857-9421> E-mail: jacqueh@univates.br

Observando essas características singulares da Educação Infantil, percebe-se que tal espaço deve proporcionar oportunidades para que os bebês e as crianças pequenas possam desenvolver-se integralmente e assim a comunidade escolar bem como a sociedade em geral, devem compreender que a criança é um sujeito de direitos, um ator social e que produz cultura. Sendo assim, olhar a criança como participante é possibilitar que ela esteja ativamente na organização dos espaços, dando opiniões e transformando seu contexto.

Esse trabalho se faz necessário para ampliar nossos olhares sobre a valorização dos direitos das crianças no que tange a sua participação nas atividades escolares, permitindo que todos façam parte das decisões e levando, com isso, às transformações sociais de forma significativa e autêntica.

Esse estudo é fruto de uma pesquisa subsidiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), desenvolvida junto à Universidade do Vale do Taquari - Univates/RS, intitulada “*A representação do olhar da criança sobre a escola de Educação Infantil*”. Neste trabalho científico, apresentamos a categoria “*A participação da criança nas práticas de ensino na Educação Infantil*”, que se propôs conhecer a percepção dos professores sobre a participação das crianças no cotidiano da Educação Infantil. A pesquisa foi desenvolvida com seis (06) professoras de duas (02) escolas localizadas na rede municipal de uma cidade do Vale do Taquari/RS utilizando a técnica de Grupo Focal, por meio de cinco (05) encontros via *google meet*.

No geral, as discussões mostram que mesmo mantendo a burocracia do sistema educacional brasileiro, as professoras buscam aplicar a observação e a escuta sensível junto às crianças durante o desenvolvimento das práticas profissionais. Além disso, foi percebido que a participação das crianças é considerada relevante na Educação Infantil, possibilitando que os alunos sejam ouvidos a fim de que sejam sujeitos críticos e ativos nas decisões sociais futuramente.

METODOLOGIA

Quanto ao desenho metodológico, tratou-se de uma pesquisa qualitativa, já que o interesse não foi quantificar os dados, e sim dar sentido e significado a eles. Segundo Yin (2016, p. 07), a pesquisa qualitativa “contribui com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem explicar o comportamento humano”

Quanto aos instrumentos, optou-se pela técnica do Grupo Focal e Gatti (2005, p. 9), fala que o Grupo Focal permite fazer emergir “uma multiplicidade de pontos de vista e processos educacionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados, que, com outros meios, poderiam ser difíceis de se manifestar”.

O Grupo Focal foi organizado em cinco encontros, com seis professores que atuam com crianças de 3 a 5 anos de idade, em duas escolas de Educação Infantil da rede municipal do Vale do Taquari/RS. Cada encontro teve uma hora de duração, sendo realizado por meio da plataforma *Google Meet*³, no turno da noite, onde levou em consideração a disponibilidade dos professores envolvidos e respeitando os protocolos da pandemia da Covid-19.

É relevante confirmar que os professores investigados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e nesse termo, foram explicadas as intenções e objetivos da pesquisa, garantindo o anonimato dos envolvidos, motivo pelo qual os participantes foram denominados de Professor 1, Professor 2, e assim sucessivamente, até 5.

REFERENCIAL TEÓRICO

Falar na participação das crianças na Educação Infantil é relacionar com à Convenção dos Direitos da Criança (1989), que legitima a imagem da criança como sujeito com direitos de participação.

Corroborando com essa perspectiva, Natália Fernandes, pesquisadora entrevistada por Carvalho e Silva (2016), enfatiza que:

Quando a sociologia da infância defende a imagem da criança como um sujeito, um ator social, não está a defender mais do que aquilo que é salvaguardado na Convenção quando diz que a criança tem o direito a dar opinião, tem o direito de envolver-se nos assuntos que lhes dizem respeito (FERNANDES, 2016, p. 187).

A participação das crianças nos processos educativos é um direito legítimo que deve ser respeitado e vivido no contexto escolar. Porém, se experiencia o que se chama de adultocentrismo, ou seja, o adulto/professor ainda é o centro do processo, decidindo tudo sozinho, desconsiderando a voz das crianças. Escutar de forma sensível às crianças, acolhendo

³ O *Google Meet* é uma plataforma digital de videoconferência do Google, que permite uma reunião simultânea com até 250 pessoas.

e potencializando sua participação no cotidiano da Educação Infantil é possibilitar que as crianças se percebam como sujeitos transformadores do mundo a sua volta.

Acolher a participação infantil nos contextos educativos é dar liberdade de expressão às crianças, para que possam exercer sua cidadania com personalidade. Porém para que isso se efetive, se faz necessário ouvir, dar a voz aos menores. Cruz e Schramm (2019) destacam que ouvir as crianças cria uma oportunidade potente para conhecer o que elas pensam sobre a escola que frequentam.

A escuta sensível e a observação são ferramentas necessárias do professor para instigar não só o protagonismo infantil, mas também a participação das crianças de forma potente e transformadora respaldando o respeito aos menores como sujeitos de direitos.

Essa escuta produz sentido e significados que impactam a vida cotidiana das crianças e da escola de Educação Infantil. É saber “[...] ouvir, não somente com as orelhas, mas com todos os nossos sentidos (visão, tato, olfato, paladar, audição e também direção)” (RINALDI, 2018, p. 124). Enfim, a escuta ativa das crianças possibilita potencializar suas vivências transformadoras nos aspectos pessoal, escolar e social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreende-se que a observação é importante para levar a participação da criança no contexto escolar da Educação Infantil, pois o olhar da criança nos diz algo que precisa ser aceito e potencializado. Diante disso surgem alguns questionamentos, como: Mas, como interpretar e acolher o que as crianças têm a nos dizer? Como dar voz às crianças, permitindo-lhes que sejam protagonistas e participantes nos processos de ensino e de aprendizagem? Essas questões levaram as discussões nos encontros no Grupo Focal.

Para a Professora 5, “[...] quando se permite a participação infantil, abre-se espaços e tempos para garantir os direitos das crianças, isso é qualificar [...]”. Essas oportunidades criam um vínculo entre as crianças e o professor, dando sentido e significado às relações construídas e modificando o ambiente escolar. Então, “[...] abrir espaços para a participação possibilita que as propostas apresentadas façam sentido às crianças, mesmo fugindo da compreensão do adulto, pois é o que elas almejam” (PROFESSOR 5).

Sarmiento, Fernandes e Siqueira (2020, p. 09) sustentam com as ideias da professora ao passo que a “[...] ação política da criança [...]”. Reafirmam a importância de considerarmos as

crianças como sujeitos capazes de, na ação/interação com adultos, reconhecer, compreender e transformar práticas sociais e culturais”.

Por uma outra ótica, o Professor 4 nos mostra seu posicionamento:

[...] ouvir as crianças não significa também dizer amém para tudo. Existe uma intencionalidade do professor. As vezes a criança nem ouviu, nem deu o tempo de a professora explicar o que estaria acontecendo e diz que: “não quero fazer”. Mas calma, existe uma intenção por trás disso. Daqui a pouco então, depois de ouvir como vai ser a brincadeira, de ver os colegas vivendo esse momento, se a criança não quiser participar, está tudo certo. Porém acredito que a gente às vezes se perde um pouco, porque assim, o que é essa participação das crianças? Não significa que elas vão fazer tudo o que elas querem na hora que elas querem. Tem que ter essa orientação, esse alinhamento do que o professor apresenta, daquilo que eu proponho às crianças, juntamente com aquilo que elas demandam, demonstram.

É interessante perceber que não pode ser permissivo, dizer sim para todas as vontades da criança, mas negociar e fazer orientações para alinhar a proposta do professor com a necessidade dos menores. Carvalho e Silva (2016) ressaltam as ideias de Fernandes por meio de uma entrevista em que a mesma fala que:

É nesses processos de confronto e negociação que se vai construindo com a criança esta dimensão do sujeito participativo, ou se quisermos, de modo ampliado, de cidadão. Nós somente somos cidadãos se pudermos exercer a nossa ação social e sentirmos que temos espaço num coletivo e que nossa ação também é acolhida. Pode não ser aquela que efetivamente comandará uma determinada dinâmica, mas que foi discutida, foi considerada e depois colocada num conjunto de vontades, onde estão também a dos outros; e é desse confronto que nasce uma decisão. Quando nós sentimos isso, está feito já um percurso significativo no sentido de considerarmos, “muito bem, eu tenho o direito de dar minha opinião” [...] (FERNANDES, 2016, p.188)

Nesse sentido, é preciso oportunizar a participação da criança, dando a ela a possibilidade de trazer suas críticas e sugestões, e reforçando que há um significado nos processos de ensinar e de aprender quando as decisões partem do coletivo, que não foi somente o adulto que determinou regras e decisões.

O Professor 1 percebe:

[...] que às vezes a gente fica muito preso a fatos e em fazer algo que a organização escolar pediu, seguir alguma data, alguma coisa. Não tiramos o tempo pra sentar com para brincar com as crianças. Já mudei bastante em relação a isso. Hoje, me

sento bem mais com as crianças. Não é um sentar na cadeirinha, e sim, sentar com no meio delas, deixá-las vir ao teu redor, sentir o toque das crianças, escutar suas falas. Mas percebo o quanto os professores estão atordoados em dar conta do burocrático, deixando isso de lado. Entende?.

O professor 1 traz em sua fala a questão burocrática que o sistema educacional exige, isso acaba tirando a criatividade do professor e não permitindo as vivências relacionadas ao mundo da participação das crianças, bem como não havendo a escuta sensível por parte do professor e para Martins Filho (2020, p. 202), “a flexibilidade é uma dimensão que faz os professores pensarem sobre o que foi feito, o que já se passou, mas também sobre o que está sendo feito, o que está se passando”

Com isso, é relevante que na docência haja reflexões sobre as práticas pedagógicas para que cada vez se possa contribuir com a Educação Infantil na ideia de que as vivências sejam das crianças e não para as crianças. Que novos olhares venham na premissa de que as crianças têm o direito de participar de forma ativa dos processos de ensino e de aprendizagem e que essa participação infantil reflita no mundo social.

Diante de tal ideia supracitada, o professor 6 coloca que:

[...] querendo ou não, deixamos essa mensagem explícita para as crianças, do quanto a gente leva em consideração aquilo que ela está falando. Então são uns simples detalhes do nosso modo de agir dentro da sala de aula que representa se estamos decidindo para as crianças ou com as crianças. Isso demonstra muito da nossa intencionalidade para com ela.

O Adultocentrismo ainda é uma realidade nos espaços escolares, pois o professor decide tudo, onde, quando e como a criança deve realizar tirando a autonomia e a independência dos menores e negando sua participação nas decisões que ali estão.

Albuquerque, Felipe e Corso (2019, p. 35) destacam que:

Uma boa jornada é aquela que oferece às crianças pequenas espaço de criação, de construção de relacionamentos, de brincadeiras, de investigações; que tenha certa previsibilidade, ofereça confiança, mantenha continuidade, mas possua flexibilidade e possa ir incorporando, via participação, as ações e os pensamentos das crianças deixando assim um lugar ao inusitado.

Enfim os professores, aos poucos, estão modificando suas ideias e ações para potencializar a efetiva participação infantil no contexto escolar e fazendo com que todos



consigam ressignificar suas experiências e com isso manter esse novo olhar sobre a valorização das ações das crianças por meio de seu protagonismo infantil.

De acordo com Borba (2006, p. 4):

As crianças se encontram em um mundo estruturado por relações materiais, sociais, emocionais e cognitivas que organizam suas vidas cotidianas e suas relações com o mundo. É nesse contexto que elas vão constituindo suas identidades como crianças e como membros de um grupo social. Não devem, todavia, ser vistas como sujeitos passivos que apenas incorporam a cultura adulta que lhes é imposta, mas como sujeitos que, interagindo com esse mundo, criam formas próprias de compreensão e de ação sobre a realidade. Isso porque esse contexto não apenas constrange suas ações, mas também lhes traz novas possibilidades.

Enfim, os participantes da pesquisa estão valorizando cada vez mais o protagonismo das crianças e assim construindo uma relação de ensinar e de aprender de forma satisfatória para os envolvidos, potencializando a participação infantil de forma efetiva nos aspectos pessoa, social, político, cultural e científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter contato com a percepção dos professores sobre a participação infantil na Educação Infantil nos permitiu refletir sobre o quanto ainda precisamos caminhar, no sentido de verdadeiramente efetivar a participação infantil como uma ação política da criança.

Foi constatado que essa temática ainda apresenta algumas fragilidades, no que tange ao cenário burocrático vivido pelo sistema educacional vigente em que o professor precisa realizar diariamente nas práticas pedagógicas.

Com tudo isso, é importante colocar que a participação infantil vai além do ouvir. É preciso acolher suas necessidades, suas vozes e valorizar suas ideias e ações. A interação entre criança/adulto/criança precisa ressignificar as práticas escolares e sociais produzindo um significado satisfatório na vida das crianças e dos adultos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE; S. S. FELIPE; J. CORSO; L. V. **Para Pensar a Docência na Educação Infantil**. Porto Alegre: Editora Evangraf. p. 304, 2019.

BORBA, A.M. As culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: estratégias de participação e construção da ordem social em um grupo de crianças de 4-6 anos. In: 29ª



REUNIÃO ANUAL DA ANPED. **Anais...** Caixámbú: Anped, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT07-2229--Int.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022

BRASIL. **Convenção dos Direitos da Criança**. UNICEF, 1989

CRUZ, Sílvia Helena Vieira; SCHRAMM, Sandra Maria de Oliveira. Escuta da Criança em pesquisa e qualidade da Educação Infantil. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 174, p. 16-34, out./dez. 2019.

FERNANDES, Natália. **A participação infantil em foco**: uma entrevista com Natália Fernandes. Seção Especial. [Entrevista concedida à Regiane Sbroion Carvalho e Ana Paula Soares Silva]. Seção Especial – Entrevista. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.21, n.1 p.187 – 194, 2016.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

MARTINS FILHO, Altino José. **Minúcias da vida cotidiana no fazer-fazendo da docência na Educação Infantil**: Além da A4. Florianópolis, SC: Insular, 2020.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia**: escutar, investigar e aprender. Tradução de Vânia Cury. 6. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; SIQUEIRA, Romilson Martins. **A defesa dos direitos da criança**: uma luta sem fronteiras. Goiânia: Câne Editorial, 2020.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Penso, 2016. Penso.